

## **A COLÔMBIA E OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA**

### **Colombia and the Challenges for South American Integration**

*Marco Cepik<sup>1</sup>*  
*Pedro Brancher<sup>2</sup>*  
*Sebastián Granda<sup>3</sup>*

Em junho de 2010, quando Juan Manuel Santos elegeu-se presidente da Colômbia, houve grande expectativa de se determinar até que ponto seu governo daria continuidade para as políticas de seu predecessor Álvaro Uribe (Rivera, 2011). Passados mais de dois anos, se percebem alterações em comparação com o governo anterior, tanto no âmbito interno, quanto no externo. O principal fator destoante entre os dois governos foi o redimensionamento dado por Santos ao conflito interno colombiano - condicionante principal das políticas públicas do governo Uribe. Isso facilitou a retomada do diálogo com os países vizinhos e o início de políticas públicas mais voltadas para os problemas socioeconômicos da Colômbia. Contudo, na medida em que o conflito com as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) apresenta sinais de recrudescimento, a criminalidade violenta segue alta e a dependência colombiana em relação aos EUA permanece significativa, ressurgem dúvidas se Santos terá capacidade e vontade política de redirecionar o desenvolvimento colombiano.

---

<sup>1</sup> Professor associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde dirige o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e é coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (M/D). E-mail: marco.cepik@ufrgs.br

<sup>2</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: Pedro.txai@gmail.com

<sup>3</sup> Graduado em Ciência Política pela Universidade Nacional de Colombia – sede Medellín. E-mail: dsgrandah@unal.edu.com

No que tange à política interna, percebe-se ainda certo otimismo da nação em função da reorientação política do Executivo. A promoção de leis que visam a reparação às vítimas do conflito interno; o crescimento econômico, o investimento estrangeiro em alta, a governabilidade e a conciliação com as cortes judiciais são alguns motivos pelos quais se esperam progressos na política colombiana. Contudo, as críticas ao governo têm aumentado, dada a insegurança gerada pela atividade violenta dos bandos criminosos (BACRIM) formados por paramilitares “desmobilizados”, além da retomada dos atentados das FARC em zonas que eram consideradas recuperadas pelo exército.

No entanto, é no âmbito internacional que as diferenças entre as duas administrações são maiores. Segundo Socorro Ramirez (2011), Santos realizou uma verdadeira transformação na política externa colombiana. Sua estratégia internacional busca uma diversificação geográfica e temática, caracterizando-se pelo pragmatismo e multilateralismo. Nesse contexto, destaca-se o que Eduardo Pastrana (2011) chamou de “*la nueva estrategia sudamericana de la política exterior del gobierno Santos*”, a qual deixa de se focar em assuntos como narcotráfico e combate ao terrorismo e busca uma participação mais assertiva nos processos de integração regional. Ademais, Santos precisa administrar uma alteração no padrão das relações entre Colômbia e EUA, país ainda prioritário para a política externa colombiana, como o qual se encaminha uma agenda atualmente mais pautada pela cooperação econômica, o que se evidencia na redução dos recursos destinados ao Plano Colômbia e pela ratificação do Tratado de Livre Comércio (TLC).

Além de analisar os primeiros dois anos do governo Santos e seu impacto sobre a segurança regional, também discutimos neste artigo a evolução das relações entre Brasil e Colômbia, respectivamente sob as presidências Rousseff e Santos, com foco na ampliação da agenda de cooperação nas áreas de segurança e comércio.

## **A POLÍTICA INTERNA COLOMBIANA NA PRESIDÊNCIA SANTOS**

A política interna colombiana na última década foi dominada pela figura do ex-presidente Álvaro Uribe. É preciso lembrar que a ascensão de Uribe se deu no mesmo

contexto latino-americano de demanda por mais presença do Estado após quase duas décadas de ideologia neoliberal. Como a questão que mais angustiava os colombianos era a segurança como pré-condição para o bem-estar e o desenvolvimento econômico, a face desse retorno do Estado na Colômbia foi Uribe, um político neo-conservador bastante distinto do perfil de centro-esquerda que predominou na maioria dos países da região. Qualquer que seja o critério utilizado para avaliar as políticas de Uribe, o projeto *uribista* mostrou-se limitado em seu objetivo de prover segurança, realidade explicitadas pelo escândalo da *parapolítica*. Em suma, a ideologia conservadora e tecnocrata de Uribe não teve muito a dizer para os 17 milhões de pobres da Colômbia (Cepik 2008).

Não obstante, Juan Manuel Santos se elegeu com facilidade, em parte como resultado de sua atuação como Ministro da Defesa do governo Uribe. Representando o Partido de La U, líder do bloco de coalizão *Unidad Nacional*, Santos pode usufruir do legado de “vitória sobre as FARC” junto aos segmentos da população mais sensíveis ao tema, combinando-o com propostas mais conciliatórias e direcionadas a temas como desenvolvimento econômico e social, transparência política, reforma da institucionalidade e política externa de reaproximação com os vizinhos da América do Sul.

Santos também obteve ampla maioria no Congresso, no qual só o Pólo Democrático Alternativo (PDA) se considera oposição (Cuervo, 2010; El País, 2011). Nas eleições legislativas de 2010, das 102 cadeiras do Senado a *Unidad Nacional* ocupou 73. Já na Câmara de Representantes, das 165 cadeiras o bloco ocupou 140 (El Tiempo, 2010). A oposição do PDA se baseia na idéia de que a *Unidad Nacional* tem se convertido em uma espécie de partido único, enquanto eles seriam a contrabalança necessária para a existência de mecanismos democráticos (La Semana, 2012).

Desde a sua eleição, a imprensa colombiana relacionou o perfil de Santos com o de seu antecessor. Todavia, ele demonstrou que se orienta por diferentes princípios: afirma querer se dedicar a erradicar a pobreza e aumentar o emprego com a mesma força que combate os grupos armados. Apesar de se declarar como tecnocrata e centrista, ele não descarta os diálogos de paz com os grupos armados. Oferece novas

relações com o judiciário e afastou um projeto de lei que impediria a independência do poder público (The Economist, 2010). Seu plano de governo foi denominado *Prosperidade Democrática*, o que significaria a evolução do que o governo Uribe havia conceituado como *Segurança Democrática*.

Suas propostas à época foram explicitadas no seu *Plano Nacional de Desenvolvimento* (PND), intitulado emblematicamente *Prosperidade para todos*. A primeira parte do plano procura reforçar a imagem de uma Colômbia otimista no que diz respeito ao seu futuro, caracterizando-a como uma economia atrativa para investimentos. Reconhece, porém, que o país enfrenta ainda desafios para consolidar a segurança interna, bem como para reduzir os níveis de desemprego e pobreza. No mesmo documento, o novo governo se comprometeu a seguir os princípios de boa governança, tais como transparência, pluralismo, eficiência e eficácia e intolerância à corrupção, combinando desenvolvimento regional e participação social (Colômbia, 2011).

Nesta direção, o governo Santos lançou o programa *JUNTOS* como alternativa de combate à pobreza extrema – que alcança à metade da população do país, prevendo ajuda aos sem-terra mediante a restituição de terras e a lei de justiça para as vítimas do conflito armado. A educação foi destacada neste programa como o caminho para a diminuição da desigualdade. Pretende-se fechar as lacunas entre o país rural e o país das grandes cidades (Colômbia, 2011d).

Na área de segurança, o plano de desenvolvimento de Santos foca-se na consecução da paz como garantia para o desenvolvimento do país. Entre 2003 e 2009, durante os períodos da administração Uribe; os sequestros diminuíram 90%, as ações terroristas 80% e as ações subversivas 64%, ainda que, se reconheça que muitas das formas de violência têm apenas mudado de forma. O que o governo propõe nesta área é mais do mesmo, ou seja, consolidação territorial do Estado, segurança nas fronteiras, renovação do serviço de inteligência, desenvolvimento de capacidades e uma estratégia integral para a segurança pública (Colômbia, 2011c).

Para o governo Santos, a segurança na Colômbia ainda é ameaçada por três atores principais. Em primeiro lugar, pelas FARC, que se encontra em um ponto de

inflexão após ter sofrido fortes ataques ao seu comando central, disposta a assumir nova estratégia recorrendo ao uso da propaganda e procurando a inferência na política do país por vias que não são nem armada nem diretas. Em segundo lugar, pelo *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), quase dizimado pela política de Segurança Democrática e que agora se conserva sob uma estratégia que mistura o comportamento parasitário, o relaxamento do comando central sobre as unidades e a depredação econômica. Finalmente, o terceiro elemento seriam os bandos criminosos (BACRIM), derivados dos antigos paramilitares, carentes de qualquer plataforma política, com fins de controle sobre negócios ilícitos e responsáveis pelo aumento dos casos de homicídios e crimes nos últimos anos (Torrijos, 2010).

Segundo Virginia Bouvier (2010), o governo Santos têm oportunidades inéditas de alcançar um estado de segurança e estabilidade no país. A aproximação com os vizinhos ajudará à constituição de blocos de segurança nas fronteiras, enquanto a disposição do governo e dos secretariados das FARC e do ELN em negociar partindo dos cinco pontos críticos propostos pelas FARC poderiam atenuar o conflito interno.<sup>4</sup> Entretanto, falta construir confiança entre as partes envolvidas para que sentem à mesa de negociação, o que fica claro nas extensas condições impostas pelo governo e a falta de mecanismos para a implementação de possíveis acordos, além da de rivalidades entre políticos que desejam uma solução negociada e aqueles que são a favor da confrontação militar.

Frente aos temas anteriores, a imprensa colombiana destaca a forte ênfase colocada em saúde e educação, mas critica a falta de ações no que diz respeito à ordem pública. O ano de 2012 já começou com uma greve causada pelo bando criminoso *Los Urabeños*, a qual colocou em xeque o governo em janeiro, sendo que as ações desse tipo de grupo criminoso cresceu nas zonas rurais do país desde então (La Silla Vacía, 2012). A aprovação do presidente tem diminuído um ponto percentual por mês, e agora

---

<sup>4</sup> Tais pontos seriam: eliminação das bases militares americanas, direitos humanos e direito internacional humanitário, reforma agrária, reformas políticas e econômicas e o programa de restituição de terras e de justiça para as vítimas do conflito armado.

se encontra em 62%, sendo os temas mais críticos para os entrevistados nas pesquisas de opinião a insegurança persistente, o desemprego e a pobreza (El Colombiano, 2012).

## **A REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA COLÔMBIA NO GOVERNO SANTOS**

Durante o governo Uribe a política externa colombiana esteve condicionada pela estratégia de segurança interna, nomeadamente a Política de Segurança Democrática (PSD). Naquele contexto, o conceito de terrorismo permitiu que Uribe articulasse o contexto interno e externo, consolidando a idéia da Colômbia como um país vítima de narcotraficantes e grupos terroristas, situando a posição do país no sistema internacional por meio de um alinhamento com os Estados Unidos, sustentado pelos recursos do *Plano Colômbia* (Rivera, 2011).

Apesar do “sucesso” da campanha de contra-insurgência, a associação tão próxima de Uribe com a agenda da Guerra Global contra o Terrorismo (GWAT) do governo Bush o privou de uma política consistente para a América do Sul (Cepik, 2008). Ademais, decisões tomadas de maneira unilateral em relação às questões securitárias causaram desconfianças em Argentina, Brasil e Bolívia, além de terem levado à ruptura das relações com Equador e Venezuela (Rivera, 2011).

Apesar de sua proximidade com Uribe, em seu discurso de posse o presidente Santos indicou que realizaria mudanças na política externa, tornando-a mais diversificada e cooperativa, aumentando a presença da Colômbia em organizações multilaterais e buscando uma reaproximação com a América do Sul, em especial com o Equador e a Venezuela (Duarte, 2010).

No discursos de Santos, a América Latina voltou a ser o principal cenário geográfico para o desenvolvimento das relações internacionais da Colômbia (Pastrana, 2011). Todavia, para alcançar esse objetivo era essencial superar as tensões políticas e econômicas com os países vizinhos, as quais conduziram a Colômbia, desde o fim de 2007, a uma prolongada crise diplomática, com o congelamento das relações com os governos do Equador, Nicarágua e Venezuela, além de reiteradas desconfianças do governo brasileiro (Ramirez, 2011).

Santos agiu de maneira assertiva e foi capaz de sanar os principais focos de tensão com os vizinhos. A reaproximação com o governo de Hugo Chávez iniciou-se três dias após a posse do novo presidente colombiano, quando os dois presidentes encontraram-se em Santa Marta. Naquele encontro foram restabelecidos os canais diplomáticos entre os dois países e colocadas em execução cinco missões pontuais: pagamento da dívida venezuelana à empresários colombianos, mecanismos de complementação econômica, infra-estrutura e energia, fronteira e segurança (Ramirez, 2011). Após outros encontros, a agenda bilateral foi retomada, o comércio reativado e foi acertado um mandato conjunto na Secretaria-Geral da UNASUL. Além disso, graças à intermediação liderada por Chávez e Santos, foi assinado o acordo que pôs fim na crise política em Honduras, selando a reaproximação entre Colômbia e Venezuela. O êxito alcançado sinaliza que, juntos, os dois países têm muito mais peso para influir no tabuleiro político latino-americano do que vivendo em permanente disputa interestatal militarizada (Vieira, 2011).

A busca pela normalização das relações com Quito também teve início logo após a posse. Em um dos primeiros atos de seu governo, Santos entregou uma cópia dos arquivos apreendidos durante a operação realizada pelo exército da Colômbia em território equatoriano, na qual foi morto Raul Reyes, um do líderes das FARC. Em seguida, a Colômbia entregou o vídeo com informações sobre o bombardeio do acampamento de Reyes. Após esses atos, Santos e o presidente Rafael Correa do Equador anunciaram a retomada das relações bilaterais, sendo que Correa destacou a transparência do governo Santos como um fator determinante para o sucesso da reconciliação. Ademais, os dois países voltaram a procurar soluções para a questão dos refugiados colombianos no Equador e retomaram projetos conjuntos nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento fronteiriço.<sup>5</sup>

Entretanto, é importante destacar que apesar da retomada das relações com Venezuela e Equador e de seu aval à UNASUL, o governo colombiano seguiu

---

<sup>5</sup> O Equador é o país que possui o maior número de refugiados da América Latina, alcançando o número de 54.000, sendo que 53.000 são colombianos deslocados em função do conflito interno (El Espectador, 2010).

articulando uma alternativa em contraposição aos projetos de integração da ALBA e do MERCOSUL, pois a Colômbia, juntamente com Peru, México e Chile criaram o Fórum de Integração do Pacífico Latino-Americano. Essa iniciativa, segundo suas justificativas oficiais, visa a complementação dos acordos no âmbito da APEC com o intuito de atrair investimentos, além de compor uma frente conjunta para negociação com os países da Ásia Pacífico – especialmente China e Japão - potenciais parceiros comerciais. No futuro, objetiva-se constituir uma Área de Integração Profunda com livre comércio de bens, serviços, investimentos e livre mobilidade de pessoas e recursos. O primeiro passo deu-se com a criação do Mercado Integrado Latinoamericano (MILA) que integra as bolsas de Bogotá, Lima e Santiago.

Vale destacar também a polêmica gerada em torno da participação de Cuba na Sexta Cúpula das Américas realizada em Cartagena, na Colômbia. Houve pressão por parte de alguns países sul-americanos para que Raúl Castro fosse convidado para participar do encontro, ao mesmo tempo em que Washington sinalizava que não iria aceitar tal convite, colocando o anfitrião, Santos, em situação desconfortável. Após muita diplomacia, Santos convenceu Castro a não comparecer na reunião, visto que seria improvável que Barack Obama aceitasse uma reunião com Cuba em ano eleitoral nos EUA. No entanto, nas palavras do presidente colombiano, "*Colombia quiere que la situación de Cuba, su participación, sea discutida de manera constructiva y con altura (...). Así se lo manifestaremos a los demás países*" (El Tiempo 2012). A postura de Santos nessa questão exemplifica a tentativa de equilíbrio precário da política externa colombiana: a permanência da aliança prioritária com Washington e os constrangimentos causados por ela, ao mesmo tempo que busca a aproximação com os países da região.

Além de ser o principal destino das exportações colombianas, os EUA possui interesse estratégico na Colômbia, tanto em função da política de controle ao tráfico de drogas, quanto na manutenção de um aliado na projeção dos interesses norte-americanos na América Latina. No entanto, a maneira com que Uribe negociava com os norte-americanos, passando por cima dos acordos comunitários da Comunidade Andina das

Nações (CAN) e por fora do processo de integração sul americano foi uma das causas para o enfraquecimento das relações com a região (Pastrana, 2011).

A partir das eleições de Obama e Santos iniciou-se uma mudança na dinâmica das relações entre os dois países, condicionada pela crise econômica de 2008. Ambos sinalizaram uma dessecuritização da parceria, o que se evidencia pelo corte de 50% da ajuda militar direta norte-americana à Colômbia nos últimos cinco anos (El Tiempo, 2012), compensada pela recente ratificação do Tratado de Livre Comércio entre os dois países. Ademais, o governo Santos parece haver desistido do acordo sobre o uso de sete bases militares pelos EUA em território colombiano, após a declaração de inconstitucionalidade do projeto pela Corte Constitucional colombiana e as repercussões negativas que tal acordo teria para as relações da Colômbia com os países sul-americanos (Pastrana, 2011b).

Além da reavaliação das relações com os EUA e uma reaproximação com a América do Sul, o governo Santos busca ampliar a influência colombiana em órgãos multilaterais e diversificar suas parcerias interregionais. Nesse contexto, vale destacar o apoio recebido de países da Europa para o ingresso da Colômbia na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a ocupação de uma das cadeiras do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2011-2012, bem como a inclusão da Colômbia entre os CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul), grupo de países com similar nível de população, potencial de crescimento e alto grau de abertura econômica.

Ademais, destaca-se a reabertura das embaixadas colombianas na Indonésia e Cingapura, o encaminhamento de um acordo de livre comércio com a Coreia do Sul e um aumento nos últimos dois anos de mais de 150% nas exportações para a China (Dane, 2011). Além disso, Santos pretende garantir o ingresso da Colômbia na Associação para Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), considerado há tempos algo estratégico em função da necessidade de diversificar os vínculos externos do país, e desenvolver uma maior inserção na costa do Pacífico (Parra, 1997).

## **CONCLUSÃO: NOVAS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO COLÔMBIA E BRASIL:**

As relações entre Colômbia e Brasil durante os governos Uribe e Lula foram marcadas pelo progresso na cooperação nas questões de segurança fronteiriça e de combate ao tráfico de drogas, mas também por desconfianças relacionadas às diferentes perspectivas sobre a integração regional e a parceria colombiana com os EUA. A preocupação brasileira com o transbordamento do conflito interno colombiano estimulou a cooperação em segurança entre os dois países, ainda mais após a descoberta de ligações entre as FARC e criminosos brasileiros. Naquele contexto produziram-se esforços conjuntos, como o compartilhamento de dados de inteligência do Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM) e a assinatura de um acordo que permite um limite de 60 km para a realização de operações na fronteira.

Por outro lado, as desconfianças derivadas das distintas propostas de inserção internacional de cada país geravam desconfianças entre eles. Do lado brasileiro, o foco securitário dado à política externa, as crises com Venezuela e Equador e, o acordo que permitiria a utilização de sete bases colombianas por tropas americanas eram fatores que ameaçavam os projetos de integração sul-americanos, foco da política regional do Brasil. Já da perspectiva de Uribe, o Brasil poderia ter cooperado mais em matéria de segurança e tomado uma posição menos neutra durante as tensões com a Venezuela (Pastrana, 2011).

A reorientação da política externa ocorrida no governo Santos, principalmente a normalização das relações com a Venezuela, favoreceu um aprofundamento nas relações com o Brasil. Em setembro de 2010, Lula e Santos realizaram uma reunião onde firmaram oito acordos de cooperação nas áreas de comércio, desenvolvimento fronteiriço e segurança e defesa (Pastrana, 2011b; Cepik & Borba, 2010).

A reaproximação entre os dois vizinhos continuou a avançar após a eleição de Dilma Rouseff no Brasil. Em janeiro de 2012, os Ministros de Defesa da Colômbia, Juan Carlos Pinzón, e do Brasil, Celso Amorim, apresentaram de maneira conjunta na UNASUL um plano de luta contra o crime transnacional. Dentre as propostas incluídas no plano cabe destacar a criação de um Centro Integrado de Intercâmbio de Informação

Regional e a idealização de uma Cúpula da Indústria de Defesa entre os países da organização (La Semana, 2012). Ademais, no mês seguinte o Brasil aceitou participar com apoio logístico do processo de libertação de seis militares reféns das FARC. Também se evidencia o crescimento dos intercâmbios comerciais os dois países.

Em resumo, a consistência da reorientação da política externa colombiana é baixa. Ainda que Santos tenha realizado uma normalização das relações diplomáticas com a Venezuela e Equador e reconheça a importância dos processos integradores sintetizados pela UNASUL, o acordo de livre comércio assinado com os estados Unidos e os esforços para criar um bloco econômico *Aliança do Pacífico* indicam que há limites bastante claros para este giro política externa colombiana. Para o Brasil, a consolidação de políticas econômicas e de segurança específicas e sólidas para o arco andino e amazônico constitui uma das tarefas mais importantes do governo Rousseff, tendo em vista a pressão que a crise internacional exerce sobre o processo de integração da América do Sul.

## REFERÊNCIAS

ALTER LATINA (2010). **Novo centro do conflito geopolítico regional**. Disponível Em: <<http://alter-latina.com/blog/?p=1434>>

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN (2011). Balanza Comercial Brasil- Colombia. **Sistema de Informaciones de Comercio Exterior**.

BOUVIER, Virginia. Cautious optimism for peace in Colombia. **Peace Brief**, Ed. 54. United States Institute of Peace, 2010.

BRASIL (2009). **Ata da I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/departamento-da-america-do-sul-ii-das-ii/colombia/comissao-bilateral/ata-da-i-reuniao-da-comissao-bilateral-brasil-colombia>>

BRASIL (2010). **Amazônia é elo de fortalecimento das relações entre Brasil e Colômbia.** Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/amazonia-e-elo-de-fortalecimento-das-relacoes-entre-brasil-e-colombia/>>

CARREÑO, Alexander (2009). **Colômbia y Venezuela: una comparacion mas alla de los liderazgos de Alvaro Uribe y Hugo Chavez.** Dissertação de Mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

CEPIK, Marco (2008). A Crise Andina e o Futuro da UNASUL. **Observatório Político Sul-Americano**, nº4, abril, 2008.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro (2010). Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe. **Cadernos Adenauer XI**, nº 4, 2010. p. 77-98.

COLOMBIA (2011). Hacia la Prosperidad Democrática: Visión 2010-2014. **Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014: Prosperidad para Todos.** Bogotá.

COLOMBIA (2011b). Crecimiento Sostenible y Competitividad. *Ibidem*.

COLOMBIA (2011c). **Consolidación de la Paz.** Ídem.

COLOMBIA (2011d). **Igualdad de Oportunidades para la Prosperidad Social.** Ídem.

CONGRESO VISIBLE (2010). **Partidos y Movimientos.** Disponível em: <http://www.congresovisible.org/partidos/>>.

CUERVO, Jorge Iván (2010). Oposición en tiempos de unidad nacional. **Razón Pública.com.** 25 de Outubro de 2010.

DUARTE, García (2010). **Nueva política exterior: de la degradación diplomática a la búsqueda de intereses comunes.** Bogotá: La ciudad. Disponível em: [http://www.revistalaciudad.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=571:nueva-politica-exterior-de-la-degradacion-diplomatica-a-la-busqueda-de-intereses-comunes&catid=39:cronica&Itemid=62](http://www.revistalaciudad.com/index.php?option=com_content&view=article&id=571:nueva-politica-exterior-de-la-degradacion-diplomatica-a-la-busqueda-de-intereses-comunes&catid=39:cronica&Itemid=62)

EL COLOMBIANO (2010). **Diez puntos soportan unidad nacional.** Disponível em: <[http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/D/diez\\_puntos\\_soportan\\_unidad\\_nacional/diez\\_puntos\\_soportan\\_unidad\\_nacional.asp](http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/D/diez_puntos_soportan_unidad_nacional/diez_puntos_soportan_unidad_nacional.asp)>.

EL COLOMBIANO (2012). **Se raja en corrupción, guerrilla, pobreza, seguridad.** Disponível em: <[http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/se\\_raja\\_en\\_corrupcion\\_guerrilla\\_pobreza\\_seguridad/se\\_raja\\_en\\_corrupcion\\_guerrilla\\_pobreza\\_seguridad.asp](http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/se_raja_en_corrupcion_guerrilla_pobreza_seguridad/se_raja_en_corrupcion_guerrilla_pobreza_seguridad.asp)>.

EL PAÍS (2011). **La oposición Vs. la Unidad Nacional, una ‘pelea’ desigual.** Disponible em: <<http://www.elpais.com.co/elpais/colombia/oposicion-vs-unidad-nacional-pelea-desigual>>.

EL TIEMPO (2012). **Resultados Elecciones 2010.** Disponible em: <<http://e.eltiempo.com/media/produccion/moduloElecciones2010/index.html>>.

LA SEMANA (2010). **La hoja de ruta de Juan Manuel Santos.** Disponible em: <<http://www.semana.com/politica/hoja-ruta-juan-manuel-santos/140600-3.aspx>>

LA SEMANA (2012). **“Nuestro contendor es la Unidad Nacional”:** Polo. Disponible em: <<http://www.semana.com/politica/nuestro-contendor-unidad-nacional-polo/170978-3.aspx>>

LA SILLA VACIA (2012). **A pesar de todo, en seguridad vamos bien.** Disponible em: <<http://www.lasillavacia.com/historia/pesar-de-todo-en-seguridad-vamos-bien-30731>>.

MARASCHIO, Luján F. (2010). **Brasil y Colombia buscan ampliar lucha contra el narcoterrorismo.** Disponible em: <<http://www.suite101.net/news/brasil-y-colombia-buscan-ampliar-lucha-contra-el-narcoterrorismo-a24520#ixzz1ncFpdHmx>>.

MARASCHIO, Luján F. (2010b) **Brasil observa positivamente acuerdo entre Venezuela y Colombia.** Disponible em: <<http://lujanfrankmaraschio.suite101.net/brasil-observa-positivamente-acuerdo-entre-venezuela-y-colombia-a23090#ixzz1ncGZ1sa7>>

PARRA, García (1997). **APEC como instrumento de la proyección colombiana en el pacífico.** Disponible em: <<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/257/view.php>>

PASTRANA, Eduardo (2011). Evolución y Perspectivas de las Relaciones entre Colombia y Brasil. **Plataforma Democrática:** Working Paper n° 14.

PASTRANA, Eduardo (2011b). **La Política Exterior Colombiana hacia Sudamérica: de Uribe a Santos.** Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão.

PORTAFOLIO (2010). **Presidente Santos inició su agenda en Brasil con encuentro con candidata presidencial Dilma Rouseff.** Disponible em: <<http://www.portafolio.co/archivo/documento/CMS-7888715>>

RAMÍREZ, Socorro (2007). *Colombia y Brasil: Una lenta y paradójica aproximación.* HOFMEISTER; ROJAS & SOLIS (org.): **“La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y desafíos”**, Tomo 1: América Latina. Río de Janeiro-Brasil (2007). Pp. 131-170.

RAMÍREZ, Socorro (2011). El giro de la política exterior colombiana. **Nueva Sociedad**, nº 231, 2011.

RIVERA, Vicente (2011). La ruta de Santos: evolución y tendencias de la política exterior colombiana. **Revista Científica**: “General José María Córdova”. Vol. 9 nº9, 2011.

THE ECONOMIST (2010). **Colombia’s new President. Opening Gambits.** 14/09/2010, vol. 396.

TORRIJOS, Vicente (2010). Terrorismo Desmitificado: Verdades y Mentiras Sobre La Violencia en Colombia. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. Bogotá- Colombia.** Vol. 5, No. 1, 2010. p. 119-134.

*Artigo recebido dia 02 de agosto de 2012. Aprovado em 25 de setembro de 2012.*

## **RESUMO**

Esse artigo analisa os primeiros dois anos do governo Santos na Colômbia, com foco na situação política interna do país e também analisando os impactos da política externa do governo atual sobre a segurança regional e a integração da América do Sul. Atenção especial foi dada ao relacionamento bilateral entre Colômbia e Brasil. Conclui-se que a consistência da reorientação da política externa colombiana é baixa. Ainda que Santos tenha realizado uma normalização das relações diplomáticas com a Venezuela e Equador e tenha aceitado participar dos processos integradores sintetizados pela UNASUL, o acordo de livre comércio assinado com os estados Unidos e os esforços para criar um bloco econômico *Aliança do Pacífico* com o Chile e o México indicam que há limites bastante claros para este giro política externa colombiana.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Colômbia, Segurança Regional, América do Sul, Brasil, UNASUL.

## **ABSTRACT**

In this article the authors analyze the first two years of Santos government in Colombia, focusing on its domestic policies, as well as the impacts of its foreign policy over the regional security and the South America's integration process. Special attention was given to the bilateral relations between Colombia and Brazil. The main conclusion states that the Santos's foreign policy reorientation lacks consistency. The Colombian normalization of diplomatic and commercial ties with Venezuela and Ecuador is definitely positive for the region, likewise its acceptance and engagement with the UNASUR. However, there are clear limits for the Colombia rapprochement with Brazil, expressed by the signature of a Free Trade Agreement between Colombia and United States, as well as by the Colombian efforts to set up the Pacific Area initiative with Chile and Mexico.

## **KEYWORDS**

Colombia, Regional Security, South America, Brazil, UNASUR.